



SINOP – MT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP -
MATO GROSSO - MT**

**Nível Fundamental Completo - Motorista IV,
Laboratorista De Solo**

EDITAL N.º 001/2024

**CÓD: OP-162DZ-24
7908403567256**

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos: identificação do significado de palavras, expressões, frases e parágrafos	7
2. Construção do sentido do texto: ideias principais e secundárias; elementos verbais e não verbais; relações de fato/causa; fato/consequência; fato/finalidade; fato/conclusão; fato/opinião; problema/solução; Identificação de elementos na construção de relações de oposição; analogia; ordem; inclusão; exclusão; alternância	8
3. Construção da narrativa: caracterização dos personagens principais e secundários; relação de tempo e organização cronológica dos fatos; caracterização do espaço, identificação dos tipos de narrador (observador e personagem)	9
4. Coesão e coerência	11
5. Termos da oração	12
6. Conectivos	16
7. Flexão do substantivo e do adjetivo ; Verbos; Pronomes	17
8. Acentuação	25
9. Pontuação	26
10. Ortografia	27
11. Divisão silábica e sílaba tônica	29
12. Crase	31

Raciocínio Lógico

1. Sistema de numeração decimal: classe e ordens	37
2. Números reais: Leitura, comparação, operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação	38
3. Múltiplos e divisores, MDC, MMC, números primos. Múltiplos e submúltiplos	41
4. Porcentagem	44
5. Média aritmética e ponderada	45
6. Proporcionalidade Direta Inversa	46
7. Polinômios	48
8. Equação e sistema do 1º e 2º grau	51
9. Sistema legal de medidas: unidades de comprimento, área, capacidade, volume, massa e tempo	55
10. Áreas e perímetros das principais figuras planas. Relações angulares e lineares em polígonos. Relações métricas no triângulo retângulo. Comprimento da circunferência	58
11. Volume do cubo e do paralelepípedo	60
12. Princípio multiplicativo	63
13. Interpretação de gráficos e tabelas	63

Conhecimentos Gerais

1. História, geografia do Município	71
2. Lei Orgânica do Município SINOP	73

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS, EXPRESSIONES, FRASES E PARÁGRAFOS

A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de relacionar informações, identificar intencionalidades e construir sentidos a partir do texto. Essas competências são desenvolvidas por meio da prática constante e do aprendizado de estratégias de leitura que permitem ao leitor lidar com diferentes níveis de complexidade textual.

O Processo de Leitura

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

Identificação do Significado de Palavras

Compreender o significado das palavras é o primeiro passo para a interpretação textual. As palavras possuem significados que podem variar dependendo do contexto em que são utilizadas, exigindo do leitor atenção às nuances da linguagem.

Significado Denotativo e Conotativo

► **Denotativo:** É o significado literal ou objetivo da palavra, aquele encontrado nos dicionários. Por exemplo, “casa” denotativamente refere-se a uma construção destinada à habitação.

► **Conotativo:** É o significado figurado ou subjetivo, frequentemente carregado de emoções e associações culturais. Por exemplo, “casa” conotativamente pode representar acolhimento, segurança ou família.

O leitor precisa discernir qual dos significados está sendo utilizado no texto, considerando o contexto e o objetivo do autor.

Palavras de Sentido Contextual

Algumas palavras adquirem significados específicos dependendo do contexto. Expressões como “raiz” podem ter conotações matemáticas, botânicas ou culturais, dependendo do tema abordado. Por isso, é essencial que o leitor examine o campo semântico do texto para interpretar corretamente essas palavras.

Identificação de Expressões e Figuras de Linguagem

As expressões e as figuras de linguagem enriquecem o texto e, muitas vezes, carregam sentidos que vão além do óbvio. Compreendê-las é essencial para a interpretação adequada.

Expressões Idiomáticas

Expressões idiomáticas, como “chutar o balde” ou “ficar de mãos atadas”, possuem significados que não podem ser deduzidos apenas pela análise literal. O leitor deve conhecer essas expressões ou deduzir seus sentidos pelo contexto.

Figuras de Linguagem

As figuras de linguagem, como metáforas, hipérboles, ironias e antíteses, conferem profundidade ao texto. Por exemplo:

► Em “o tempo é um rio que corre”, a metáfora relaciona o tempo à fluidez de um rio, criando uma imagem mental que transcende o significado literal.

► A ironia, por sua vez, exige sensibilidade do leitor para perceber que o autor pode estar expressando o oposto do que é dito, como em “que ótimo, mais uma reunião interminável!”

Reconhecer e interpretar essas figuras é fundamental para compreender o tom e a intenção do autor.

Compreensão de Frases no Contexto

As frases são unidades que carregam informações específicas no texto. Interpretá-las exige atenção à relação entre as palavras e à lógica interna da sentença.

Frases Afirmativas, Negativas e Interrogativas

Cada tipo de frase cumpre uma função específica no texto:

► **Afirmativas:** Apresentam ideias ou informações, como em “A leitura amplia o conhecimento.”

► **Negativas:** Expressam negações ou contradições, como em “A leitura não é apenas uma atividade solitária.”

► **Interrogativas:** Podem sugerir questionamento, reflexão ou ironia, dependendo do contexto, como em “Quem não gostaria de entender melhor os textos?”

O leitor deve considerar o impacto que cada tipo de frase tem na construção do significado global do texto.

Relações Sintáticas

A interpretação de uma frase também depende da identificação de conexões sintáticas, como a presença de conjunções que indicam causa, consequência, oposição ou adição. Por exemplo:

“Embora chovesse, eles foram ao parque.” Aqui, “embora” introduz uma ideia de concessão, que modifica a expectativa do leitor.

Interpretação de Parágrafos

Os parágrafos são as unidades de maior complexidade dentro do texto, pois geralmente apresentam uma ideia central desenvolvida por meio de informações complementares. Interpretar um parágrafo exige a habilidade de identificar sua estrutura interna e as intenções do autor.

Identificação da Ideia Central

Cada parágrafo geralmente possui uma ideia principal, que pode estar explícita em uma frase tópica ou implícita no conjunto de informações apresentadas. Por exemplo:

► Em um texto argumentativo, a ideia central pode ser introduzida na primeira frase do parágrafo, sendo sustentada por exemplos ou justificativas subsequentes.

Coesão e Coerência

A interpretação do parágrafo também depende de sua coesão (como as palavras e frases se conectam) e coerência (como as ideias fazem sentido juntas). O uso de pronomes, conectores e sinônimos contribui para a coesão textual, enquanto a coerência depende de uma lógica interna que o leitor precisa identificar.

Inferências e Implicações

Muitas vezes, o autor não apresenta todas as informações de forma explícita, esperando que o leitor faça inferências. Por exemplo:

► No parágrafo “Ele chegou ao restaurante e, ao perceber o que estava no prato, perdeu o apetite”, o autor não especifica o que havia no prato, mas sugere que era algo desagradável.

A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO TEXTO: IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS; ELEMENTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS; RELAÇÕES DE FATO/CAUSA; FATO/CONSEQUÊNCIA; FATO/FINALIDADE; FATO/CONCLUSÃO; FATO/OPINIÃO; PROBLEMA/SOLUÇÃO; IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE OPOSIÇÃO; ANALOGIA; ORDEM; INCLUSÃO; EXCLUSÃO; ALTERNÂNCIA

A construção do sentido de um texto é um processo que envolve a interação entre o leitor e o conteúdo, permitindo a interpretação e compreensão das ideias expressas. Esse processo depende da identificação das ideias principais e secundárias, dos elementos verbais e não verbais e das relações estabelecidas entre os fatos apresentados. Além disso, o texto pode organizar as informações e estabelecer relações lógicas, como causa e consequência, problema e solução, fato e opinião, entre outras. Entender como esses elementos contribuem para a construção de significado é essencial para interpretar o texto de maneira completa e crítica.

Ideias Principais e Secundárias

A distinção entre ideias principais e secundárias é fundamental para compreender a organização do texto.

► **Ideia Principal:** É o núcleo do parágrafo ou do texto, representando o ponto central que o autor deseja transmitir. Geralmente, é mais explícita em textos informativos, sendo apresentada em uma frase tópica.

► **Ideias Secundárias:** São os argumentos, exemplos, explicações ou detalhes que sustentam ou complementam a ideia principal. Elas têm o papel de dar profundidade e clareza à mensagem central.

Por exemplo, em um texto sobre sustentabilidade, a ideia principal pode ser: “A sustentabilidade é essencial para o futuro do planeta.” As ideias secundárias poderiam incluir dados sobre o impacto ambiental, exemplos de práticas sustentáveis e explicações sobre os benefícios da sustentabilidade.

Elementos Verbais e Não Verbais

Os textos contemporâneos frequentemente combinam elementos verbais (escritos) e não verbais (imagens, gráficos, símbolos) para enriquecer a mensagem.

► **Elementos Verbais:** Incluem palavras, frases, parágrafos e toda a estrutura textual que compõe a mensagem principal.

► **Elementos Não Verbais:** São complementos visuais que podem transmitir informações ou reforçar o significado do texto, como ilustrações, fotografias, tabelas, gráficos e diagramas.

Por exemplo, em um artigo jornalístico sobre desmatamento, uma fotografia de uma área devastada pode provocar uma emoção mais imediata e impactante do que o texto, complementando-o visualmente. Já gráficos de barras podem ilustrar dados estatísticos, facilitando a compreensão de tendências ou comparações.

Relações Lógicas no Texto

A construção do sentido também depende de como os fatos e informações são organizados, criando relações lógicas que orientam a interpretação. Essas relações incluem:

Fato e Causa

A relação de fato e causa indica os motivos que levaram a determinado evento. É comum o uso de conjunções como “porque”, “visto que” e “devido a”. Exemplo: “Houve um aumento no desmatamento porque as políticas de fiscalização foram relaxadas.”

Fato e Consequência

Essa relação apresenta os efeitos ou resultados de um fato. É marcada por expressões como “portanto”, “consequentemente” e “assim”. Exemplo: “As chuvas intensas causaram inundações, deixando centenas de desabrigados.”

Fato e Finalidade

Quando o texto apresenta um objetivo ou intenção associada a um fato, temos a relação de fato e finalidade, com o uso de conectivos como “para”, “com o intuito de” e “a fim de”. Exemplo: “O governo lançou campanhas educativas para conscientizar a população sobre o uso racional da água.”

Fato e Conclusão

A conclusão é o fechamento lógico de um raciocínio, frequentemente introduzido por “logo”, “em resumo” ou “dessa forma”. Exemplo: “Os dados demonstram a eficiência das medidas; logo, devem ser mantidas.”

Fato e Opinião

Essa relação distingue informações objetivas (fatos) de impressões subjetivas (opiniões). Exemplo:

- ▶ Fato: “A taxa de analfabetismo no país é de 6,6%.”
- ▶ Opinião: “Esse número é inaceitável para um país em desenvolvimento.”

Problema e Solução

Textos que apresentam problemas frequentemente sugerem soluções como forma de estruturar o raciocínio. Exemplo: “O excesso de plástico nos oceanos é um grave problema ambiental. A reciclagem e a redução no uso de embalagens plásticas são caminhos viáveis para enfrentá-lo.”

Relações na Construção do Sentido

Além das relações causais e de finalidade, o texto pode estabelecer conexões mais amplas, como oposição, analogia, ordem, inclusão, exclusão e alternância.

Relação de Oposição

Apresenta ideias contrastantes, utilizando conectores como “mas”, “porém” e “no entanto”. Exemplo: “A tecnologia pode facilitar a comunicação, mas também pode gerar isolamento social.”

Relação de Analogia

Estabelece uma comparação entre elementos similares para destacar características comuns. Exemplo: “Assim como um motor precisa de óleo para funcionar, a sociedade necessita de educação para se desenvolver.”

Relação de Ordem

Apresenta uma sequência lógica ou cronológica, geralmente marcada por “primeiramente”, “em seguida” e “por fim”. Exemplo: “Primeiramente, é necessário entender o problema; depois, planejar soluções e, por fim, implementá-las.”

Relação de Inclusão

Indica a incorporação de elementos dentro de um grupo maior. Exemplo: “Os países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, enfrentam desafios econômicos significativos.”

Relação de Exclusão

Destaca algo que está fora de um conjunto ou contexto. Exemplo: “Todos foram convidados, exceto os menores de idade.”

Relação de Alternância

Apresenta possibilidades ou escolhas, frequentemente conectadas por “ou”, “ora... ora” e “quer... quer”. Exemplo: “Os alunos podem optar por estudar presencialmente ou participar das aulas online.”

Leitura Crítica e Construção do Sentido

A interpretação do texto vai além de identificar relações lógicas e elementos estruturais. O leitor crítico avalia as intenções do autor, identifica possíveis vieses e analisa o impacto do texto no contexto em que está inserido. Elementos como o tom, a escolha de palavras e as inferências sugeridas contribuem para a formação do significado global.

A construção do sentido de um texto é um processo complexo que requer atenção aos elementos linguísticos e não linguísticos, às ideias principais e secundárias, e às relações lógicas que estruturam a mensagem. Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar esses aspectos permite ao leitor compreender não apenas o que está explícito, mas também os significados mais profundos e as intenções do autor, tornando a leitura uma ferramenta poderosa de conhecimento e reflexão.

CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA: CARACTERIZAÇÃO DOS PERSONAGENS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIOS; RELAÇÃO DE TEMPO E ORGANIZAÇÃO CRONOLÓGICA DOS FATOS; CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO, IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE NARRADOR (OBSERVADOR E PERSONAGEM)

A construção de uma narrativa envolve a articulação de elementos que conferem sentido, profundidade e coerência à história. Esses elementos incluem a caracterização dos personagens, a relação de tempo, a organização cronológica dos fatos, a descrição do espaço e a escolha do narrador. A combinação harmoniosa desses aspectos contribui para envolver o leitor, permitindo que ele vivencie a trama e se conecte aos conflitos e dilemas apresentados.

Caracterização dos Personagens

Os personagens são os agentes da narrativa, responsáveis por movimentar a história e estabelecer as relações que estruturam o enredo. Eles podem ser divididos em principais e secundários, dependendo de sua relevância para o desenvolvimento da trama.

Personagens Principais

Os personagens principais estão no centro da narrativa, sendo diretamente envolvidos nos conflitos e resoluções da história. Podem assumir diferentes papéis:

► Protagonista: É o personagem central, cuja jornada e transformação impulsionam o enredo. Ele pode ser um herói clássico ou um anti-herói, dependendo do tom da narrativa.

► Antagonista: É o personagem ou força que se opõe ao protagonista, criando obstáculos e conflitos.

A caracterização dos personagens principais é mais detalhada, abordando aspectos físicos, psicológicos, emocionais e sociais. Por exemplo, o protagonista pode ser descrito como um “jovem determinado, com olhos inquietos e uma sede insaciável por justiça”, enquanto o antagonista pode ser “uma figura fria e calculista, motivada por interesses próprios.”

Personagens Secundários

Os personagens secundários têm um papel coadjuvante, apoiando ou interferindo nas ações dos principais. Eles podem:

- Ajudar a contextualizar a história;
- Reforçar características dos protagonistas;
- Criar subtramas que complementam o enredo principal.

Embora sua caracterização seja menos detalhada, ela ainda é importante para enriquecer a narrativa e dar credibilidade ao universo apresentado.

Relação de Tempo e Organização Cronológica dos Fatos

O tempo na narrativa é um elemento essencial que define a ordem, a duração e a frequência dos eventos, influenciando a percepção do leitor sobre a história.

Tempo Cronológico

O tempo cronológico segue a sequência linear dos fatos, começando com o início da história e avançando até o desfecho. Essa abordagem é comum em narrativas realistas e facilita a compreensão do leitor.

Exemplo:

► “Em 1935, João partiu para a cidade. Dois anos depois, construiu sua primeira casa. Em 1940, enfrentou a guerra.”

Tempo Psicológico

O tempo psicológico não segue uma sequência linear, focando nas percepções, lembranças e pensamentos dos personagens. Essa técnica é frequentemente usada para explorar o interior das personagens, criando uma narrativa mais subjetiva.

Exemplo:

► “Enquanto esperava o trem, Maria lembrou-se dos verões de sua infância, quando corria pelos campos. A memória a fez esquecer, por um instante, a dor da despedida iminente.”

Flashbacks e Antecipações

Para enriquecer a narrativa, o autor pode recorrer a técnicas como flashbacks (retorno ao passado) ou antecipações (vislumbre do futuro), que quebram a linearidade temporal.

Exemplo de flashback:

► “Aquela tempestade o fez lembrar da noite em que, ainda criança, perdera o pai no mar.”

Caracterização do Espaço

O espaço é o ambiente onde a narrativa se desenrola, influenciando diretamente o tom, a atmosfera e as ações dos personagens. Ele pode ser real ou fictício, interno ou externo, e está relacionado tanto aos elementos físicos quanto às percepções emocionais dos personagens.

Espaço Físico

Refere-se ao local propriamente dito, como cidades, casas ou florestas. A descrição do espaço físico ajuda o leitor a visualizar a cena e se sentir imerso na narrativa.

Exemplo:

“A casa era velha, com paredes descascadas e um telhado que rangia a cada vento mais forte.”

Espaço Psicológico

É o espaço subjetivo, moldado pelas emoções e estados mentais dos personagens. Um ambiente pode parecer opressor ou acolhedor, dependendo da perspectiva de quem o habita.

Exemplo:

“O quarto, apesar de pequeno, parecia gigantesco na solidão da noite.”

Espaço Social

Inclui o contexto sociocultural e econômico em que a história ocorre, como uma comunidade rural, uma metrópole agitada ou um bairro decadente.

Exemplo:

“Na periferia, as crianças brincavam descalças, cercadas pelo barulho incessante das motocicletas e o cheiro de comida frita das barracas.”

Identificação dos Tipos de Narrador

O narrador é a voz que conduz o leitor pela história, sendo responsável pela maneira como os eventos são apresentados. Ele pode ser observador ou personagem, dependendo de sua relação com os fatos narrados.

Narrador Observador

O narrador observador é externo à história, narrando os eventos de forma objetiva, como um espectador que descreve o que vê. Geralmente, utiliza a terceira pessoa.

Exemplo:

“Eles atravessaram o campo sob o céu nublado, sem dizer uma palavra. O silêncio entre eles era pesado.”

Esse tipo de narrador não conhece os pensamentos ou sentimentos dos personagens, limitando-se ao que pode ser observado.

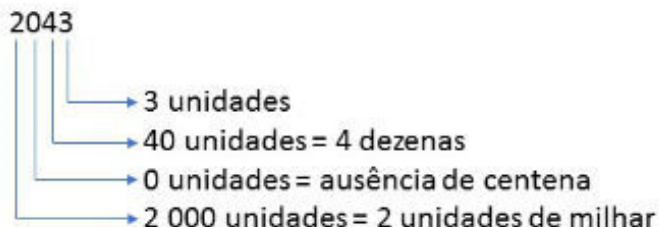
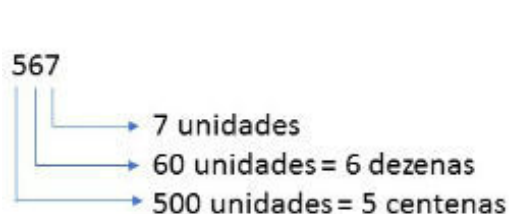
RACIOCÍNIO LÓGICO

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL: CLASSE E ORDENS

Nosso sistema de numeração é chamado de decimal pois sua contagem é feita de 10 em 10. Ou seja, sua base é 10.

- 10 unidades formam 1 dezena
 - 10 dezenas formam 1 centena;
 - 10 centenas formam 1 unidade de milhar;
 - 10 unidades de milhar formam 1 dezena de milhar;
 - 10 dezenas de milhar formam 1 centena de milhar
- E assim sucessivamente.

Exemplos:



Leitura dos números

O sistema de numeração é constituído de uma parte inteira e outra decimal. Lemos a parte inteira, seguida da parte decimal, acompanhada das palavras:

- Décimos: quando houver uma casa decimal;
- Centésimos.....: quando houver duas casas decimais;
- Milésimos.....: quando houver três casas decimais;
- Décimos milésimos: quando houver quatro casas decimais;
- Centésimos milésimos: quando houver cinco casas decimais e, assim sucessivamente.

Exemplo:

(AUX.JUD. /TRT-23ª REG/FCC) O número 0,0202 pode ser lido como:

- (A) duzentos e dois milésimos.
- (B) duzentos e dois décimos de milésimos.
- (C) duzentos e dois centésimos de milésimos.
- (D) duzentos e dois centésimos.
- (E) duzentos e dois décimos

Resolução:

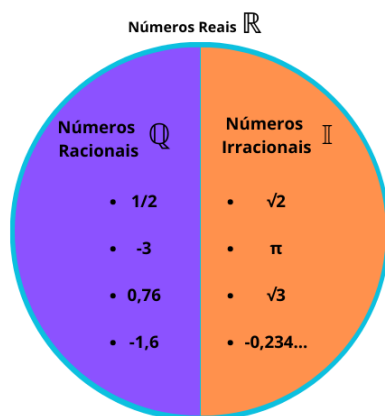
Como temos 4 casas decimais, lemos então com décimos de milésimos, Logo: duzentos e dois décimos de milésimos.

Resposta: B

NÚMEROS REAIS: LEITURA, COMPARAÇÃO, OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO

O conjunto dos números reais, representado por \mathbb{R} , é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



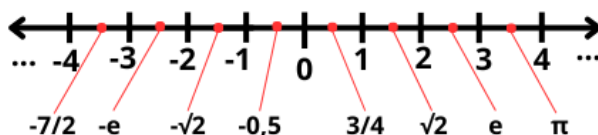
Entre os conjuntos números reais, temos:

- $\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.
- $\mathbb{R}_+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.
- $\mathbb{R}_+^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.
- $\mathbb{R}_\leq = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.
- $\mathbb{R}_< = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$



Operações com números Reais

Operando com as aproximações, obtemos uma seqüência de intervalos fixos que determinam um número real. Assim, vamos abordar as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.

Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

– Bolinha aberta: representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos:
 $>$; $<$ ou $]$; $[$

– Bolinha fechada: representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos:
 \geq ; \leq ou $]$; $]$



Podemos utilizar () no lugar dos [] para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

$[a, b[= (a, b)$;

$]a, b] = (a, b)$;

$]a, b[= (a, b)$.

Representação na reta real	Sentença matemática	Notações simbólicas	
Intervalo aberto: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$	$]a, b[$	(a, b)
Intervalo fechado: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$	$[a, b]$	$[a, b]$
Intervalo semi-aberto à direita: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$	$[a, b[$	$[a, b)$
Intervalo semi-aberto à esquerda: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$	$]a, b]$	$(a, b]$

a) Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

b) O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.

c) O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

— Operações com Números Relativos

Adição e Subtração de Números Relativos

a) Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.

b) Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

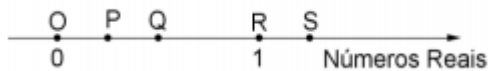
Multiplicação e Divisão de Números Relativos

a) Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.

b) Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplos:

1) Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



(A) P.

(B) Q.

(C) R.

(D) S.

Solução: **Resposta: A.**

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3 - 2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

2) Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

I- $(20 - m)$ é um número menor que 20.

II- $(20 m)$ é um número maior que 20.

III- $(20 m)$ é um número menor que 20.

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA, GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO

— Origem e Primeiros Anos de Ocupação

A ocupação da área onde hoje se encontra o município de Sinop teve início em 1972, quando a empresa Colonizadora Sinop S.A. (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná) adquiriu mais de 500 mil hectares a cerca de 500 km de Cuiabá, ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Foi nesse contexto que surgiu a Gleba Celeste, marco inicial do processo de colonização da região.



Assentamento SINOP, julho de 1973, às margens da BR-163. Foto aérea: Acervo Fotográfico Ten Cel Jaime Ribeiro.

O projeto foi liderado por Roberto Brandão, que, com o apoio de 400 trabalhadores e maquinários, desbravou as primeiras áreas da mata. Esse esforço culminou na criação de Sinop, além de outros municípios como Vera, Santa Carmem e Cláudia. Foram abertos 1.400 km de estradas vicinais, campos experimentais e construídas estruturas de apoio para os colonos, como escolas e centros comunitários. A região atraiu brasileiros de diversas partes do país, consolidando a chamada “mística do Nortão”.

Em maio de 1972, as primeiras ruas de Sinop começaram a ser traçadas, e muitas famílias, especialmente do Paraná, enfrentaram viagens de até sete dias para chegar ao local. Na data oficial de fundação, 14 de setembro de 1974, Sinop ainda era um grande canteiro de obras, com cerca de 20 quadras em construção.

Em 2018, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) confirmou a prática de grilagem de terras pela empresa colonizadora, em relação à área de domínio da BR-163. A empresa foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 36.930.739,26 aos verdadeiros proprietários da terra.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2022, a área territorial de Sinop é de 3.990,870 km², e abriga uma população composta por 196.312 habitantes.

Formação Administrativa e História Recente

Em julho de 1976, Sinop foi elevada a distrito de Chapada dos Guimarães, pelo então governador de Mato Grosso, José Garcia Neto. Posteriormente, em dezembro de 1979, o governador Frederico Campos concedeu à localidade o status de município.

— Geografia de Sinop

– Localização e Aspectos Físicos



https://pt.wikipedia.org/wiki/Sinop/media/Ficheiro:MatoGrosso_Municip_Sinop.svg

Sinop está situada no noroeste da região Centro-Oeste do Brasil, em uma área caracterizada por formação geológica do Fanerozoico e pela Bacia Quaternária do Alto Xingu. Suas coordenadas geográficas são latitude 11°50'53" Sul e longitude 55°38'57" Oeste, a uma altitude de 384 metros acima do nível do mar. O município faz parte do Planalto Residual Norte do Mato Grosso e do Planalto do Parecis, estando inserido na Bacia Hidrográfica do Amazonas, com o Rio Teles Pires como principal curso d'água.

– **Clima**

O clima predominante é o equatorial, com duas estações bem definidas: uma chuvosa, de outubro a abril, e outra seca, de maio a setembro. Dados da estação meteorológica automática do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) em Sinop, em operação desde 2006, apontam:

- Menor temperatura registrada: 9,5 °C (13 de maio de 2010).
- Maior temperatura registrada: 40 °C (19 de setembro de 2015).
- Maior precipitação em 24 horas: 132,6 mm (14 de fevereiro de 2012).
- Menor umidade relativa do ar (URA): 11% (14 de setembro de 2019).
- Maior rajada de vento: 24,2 m/s (87,1 km/h) (1 de fevereiro de 2015).

Esses dados reforçam a diversidade climática e a importância de Sinop como um ponto estratégico no estado de Mato Grosso.

— **Símbolos municipais**

Brasão de Sinop



Bandeira de Sinop



Hino de Sinop

Autor/letra: Ary de Lima
Melodia:
Aniceto Matti

Como um prêmio ao labor pioneiro
Tu, Sinop, te ergues viril,
A mostrares, no porte altaneiro
O retrato de um novo Brasil.

Tens escrita, na selva, a história
De um combate inspirado no amor,
Que, agora, revive a vitória
Do teu povo, feliz, lutador.

SINOP terra querida
Em ti, nosso amor constante,
Ilumina tua vida
Sempre bela e triunfante.

Mato Grosso se fez teu acesso
À conquista de nova fronteira,
Para dares riqueza e progresso
Aos rincões da nação brasileira.
Tua gente, na paz, na alegria,
Irmanada ao trabalho, ao sorrir,
É certeza da luz que anuncia
Alvorada de belo porvir.

SINOP terra querida
Em ti, nosso amor constante,
Ilumina tua vida
Sempre bela e triunfante.

Tuas ruas, e praças e templos,
Em lugar da floresta imponente,
Dão à pátria soberbos exemplos
De trabalho fecundo e valente.

No sem fim da Amazônia selvagem,
És o marco de fé que conduz
O Brasil à visão da imagem
Do ideal que teu nome traduz.

SINOP terra querida
Em ti, nosso amor constante,
Ilumina tua vida
Sempre bela e triunfante.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO SINOP

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Sinop.

Nós, representantes do povo sinopense, verdadeiro sujeito da vida política e da história do Município reunido em Câmara Municipal Organizante, unidos e irmanados com o povo no firme propósito de afirmar no território do Município, os valores supremos que fundamentam a existência e a vida da República Federativa do Brasil e do Estado de Mato Grosso, objetivando o pleno exercício dos direitos sociais, individuais e os valores do ser humano, na busca de uma sociedade fraterna, solidária, justa e digna, invocando a proteção e a inspiração de Deus, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SINOP.

**TÍTULO I
DO MUNICÍPIO**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Município de Sinop, uma das unidades do território do Estado do Mato Grosso, parte da República Federativa do Brasil, com autonomia política, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 3º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por lei municipal observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único. A sede do Município de Sinop, tem a categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

Art. 4º São poderes municipais, independentes, harmônicos e colaborativos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. É vedado a um dos poderes delegar atribuições a outro, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 5º O Governo Municipal é exercido pela Câmara dos Vereadores, pelo Prefeito e pela participação popular, nos termos da lei em sentido amplo.

Art. 6º O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e outros municípios, para a realização de obras ou exploração de serviços de interesse comum.

Parágrafo único. Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros municípios, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo ser os mesmos aprovados por leis dos municípios participantes.

Art. 7º A autonomia do Município é assegurada:

I - pela eleição direta, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e Legislação Complementar, do Prefeito e do Vice-Prefeito, que compõem o Executivo Municipal e dos Vereadores, que compõem a Câmara Legislativa Municipal;

II - pela administração própria no que respeita à assuntos de interesse local, especialmente quanto:

a) à instituição e arrecadação dos tributos de sua competência, à fixação e cobrança de tarifas ou preços públicos municipais e à aplicação de suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

Art. 8º Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao interesse local, e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe:

I - organizar-se administrativamente, observadas as Legislações Federal e Estadual pertinentes;

II - decretar sua lei, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III - adquirir, alienar e doar os seus bens, bem como aceitar doações, legados e heranças, dispor sobre sua administração e utilização;

IV - desapropriar por necessidade ou utilidade pública e por interesse social, nos casos previstos em lei;

V - dispor sobre concessão, permissão e autorização de serviços públicos locais e do uso de seus bens, por terceiros, respeitados, quanto a primeira, o disposto no Artigo 175 da Constituição Federal e a Legislação Federal pertinente;

VI - organizar os quadros e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

VII - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de zoneamento urbano e de arruamento, bem como as diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

VIII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

IX - regulamentar e fiscalizar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, nas zonas urbanas:

a) fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

b) fixar e sinalizar, de acordo com a Legislação Federal pertinente, as faixas de rolamento do Município, os limites das zonas de silêncio e de trânsito em condições especiais;

c) disciplinar os serviços de cargas e descargas, e fixar a tonelagem máxima permitida à veículos que circulem em suas vias públicas;

d) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos em geral.

X - fixar as tarifas dos serviços municipais, inclusive os de transporte coletivo e de táxis, observados, quanto aos primeiros, o disposto no Artigo 175, parágrafo único e incisos I, II, III e IV da Constituição Federal e Legislação Federal a respeito;

XI - dispor sobre a limpeza dos logradouros públicos, bem como sobre a remoção e destino do lixo domiciliar e de detritos de qualquer natureza;

XII - licenciar a localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros, manter serviços de permanente fiscalização dos mesmos e cassar os respectivos alvarás dos que se tornarem nocivos ou inconvenientes à saúde, à higiene e ao bem-estar públicos ou aos bons costumes, observadas as normas Federais e Estaduais pertinentes;

XIII - estabelecer, respeitada a legislação do trabalho, as condições e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares;

XIV - dispor sobre o serviço funerário e os cemitérios do Município, administrando os públicos e fiscalizando os particulares;

XV - dispor sobre edificações, inclusive sobre sua interdição e demolição, especialmente quando, em ruínas ou em condições de absoluta insalubridade, atentarem contra a incolumidade pública;

XVI - regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, em locais públicos e particulares do Município;

XVII - regulamentar, autorizar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos, sujeitos ao poder de polícia do Município;

XVIII - dispor sobre registro, vacinação, captura e destino de animais, com o fim de prevenir e erradicar a hidrofobia e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XIX - dispor sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições do destino das coisas apreendidas;

XX - dispor sobre os serviços públicos em geral regulamentando-os, inclusive os de caráter ou de uso coletivo, como os de água, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no Município;

XXI - estabelecer penalidades, dispondo sobre a competência das autoridades com poder de aplicá-las, por infrações às leis e regulamentos municipais;

XXII - elaborar o seu plano diretor de desenvolvimento integrado.

Art. 9º Compete, ainda, ao Município, concorrente ou supletivamente com a União ou o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos;

III - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, realizando programas de alfabetização;

V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VI - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VII - fomentar a produção agropecuária;

VIII - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX - combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XII - prover sobre a prevenção e os serviços de combate de incêndio;

XIII - estabelecer tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei;

XIV - organizar, focalizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, mercados, feiras e matadouros locais;

XV - executar obras de:

a) construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortos florestais;

b) construção e conservação de estradas vicinais;

c) abertura e pavimentação de vias;

d) construção de viveiros de mudas.

Parágrafo único. Dependerá de Lei Complementar Federal a qual disporá sobre as mesmas para a cooperação de que trata este artigo, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 10 Compete ao Município, instituir, mediante Lei Municipal, os seguintes tributos, respeitados os princípios constitucionais e a legislação federal pertinente:

I - impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana;

b) serviços de qualquer natureza, não compreendidos no artigo 155, I, "b", da Constituição Federal, conforme definidos em Lei Complementar;

c) transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

d) vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.

II - taxas, pelo exercício de seu poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas municipais, exceto às igrejas e templos religiosos de qualquer natureza.

§ 1º O imposto previsto na alínea "a" poderá ser progressivo, nos termos da Lei Municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O imposto previsto na alínea "c", não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoas jurídicas salvo se, nesses casos, a entidade preponderante do adquirente foi a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º O imposto previsto na alínea "d", não exclui a incidência do imposto estadual previsto no Artigo 155, I, "b", da Constituição Federal sobre a mesma operação.

§ 4º Cabe à Lei Complementar Federal, fixar as alíquotas máximas previstas nas alíneas "b" e "d"; e excluir da incidência do imposto previsto na alínea "b", exportações de serviços.

§ 5º As taxas não podem ter base de cálculo ou fato gerador idêntico aos que tenham servido para a incidência de qualquer imposto.

Art. 11 Cabe ao Município dispor, em lei, sobre sua administração financeira obedecida os seguintes princípios:

I - não exigência ou aumento de tributos sem lei prévia;